

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Adis Abeba, Ethiopia P. O. Box 3243 Telefone: 5517 700 Fax: 5517844

Website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Vigésima Primeira Sessão Ordinária**

**9 - 13 de Julho 2012**

**Adis Abeba, Etiópia**

**EX.CL/743(XXI)**

**Original: Inglês**

**ANÁLISE DO RELATÓRIO DO PARLAMENTO PAN-AFRICANO  
(PAP)**

PAN-AFRICAN PARLIAMENT

البرلمان الأفريقي



PARLEMENT PANAFRICAIN

PARLAMENTO PAN-AFRICANO

Orig: INGLÊS

---

# **RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DO PARLAMENTO PAN-AFRICANO PARA O PERÍODO COMPRRENDIDO ENTRE JULHO DE 2011 A JULHO DE 2012**

**Submetido a 21<sup>a</sup> Sessão Ordinária do Conselho  
Executivo da União Africana  
Julho de 2011/Julho de 2012; Addis Abeba,  
Etiópia**

# INTRODUÇÃO

1. O Parlamento Panafricano (PAP) é um órgão da União Africana (UA), estabelecido em conformidade com o Acto Constitutivo da União. O mandato do PAP é de promover a democracia parlamentar no continente, através de acções colaborativas com os parlamentos Nacionais e Regionais com vista a assegurar o envolvimento dos povos de África nos assuntos da União.
2. O PAP submete o seu relatório anual de actividades ao Conselho Executivo durante um período político particularmente crítico na arena mundial. Com efeito, em quase todo o mundo a situação é caracterizada por uma crescente onda de protestos e levantamentos populares como forma de demonstrar a frustração das populações e o seu sentimento de exclusão das decisões tomadas pelos governos que afectam as suas vidas. No nosso continente, o mesmo sentimento tem sido expresso sob várias formas de protestos nos Estados Membros da União.
3. Por outro lado, o continente tem vindo a testemunhar mudanças dramáticas de regimes na África do Norte e continua a experimentar ameaças de mudanças anticonstitucionais de governos em vários Estados Membros, particularmente na região da África Ocidental. Na Europa, os povos atravessam uma crise financeira sem precedentes que na opinião do PAP não é apenas um mero resultado de fracos regimes de regulamentação bancária, mas fundamentalmente uma expressão de uma crise da democracia.
4. A instabilidade de alguns governos dos Estados Membros da União e até no plano global é atribuída directamente ao fosso cada vez mais crescente que separa as autoridades governativas e os governados. O sentimento de exclusão pelas populações em matéria de governação tem ameaçado a credibilidade e a legitimidade dos governos de muitos estados.
5. O PAP acredita que a construção da democracia parlamentar em que os representantes directamente eleitos pelo povo são autorizados a jogar um papel crítico na supervisão das acções das autoridades governativas é fundamental para garantir a estabilidade política sustentada no Continente Africano. Daí a relevância da definição popular da democracia como o *“governo do povo para o povo e pelo povo”*.
6. Tendo o quadro que antecede como pano de fundo, o presente relatório apresenta um panorama conciso do trabalho do PAP durante o período compreendido entre Julho de 2011 e Julho de 2012, mostrando os progressos alcançados, os desafios enfrentados e sugestões para um desempenho mais eficaz e eficiente dos Deputados nos seus esforços visando o cumprimento do mandato do PAP.

## **I. A TRANSFORMAÇÃO DO PARLAMENTO PANAFRICANO**

7. O Artigo 25 do Protocolo de criação do PAP prevê uma revisão do Protocolo depois de um período de cinco anos para garantir a sua relevância ante as aspirações e necessidades dos povos do Continente em matérias tais como a facilitação da harmonização das políticas e integração para o desenvolvimento.
8. A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo deu instruções no sentido do Protocolo do PAP ser sujeito a uma revisão. Com efeito, o Conselho Executivo viria a realçar esta decisão da Cimeira ao reafirmar a necessidade de se acelerar o processo de revisão do Protocolo para permitir que o Órgão jogue efectivamente o seu papel (ver decisão do Conselho Executivo Doc.EX.CL/676 (XIX))
9. O PAP tem a honra manifestar a sua satisfação com os progressos até agora feitos no processo de validação do Protocolo. Os Ministros da Justiça/Procuradores Gerais da República dos Estados Membros da UA procederam a análise do Protocolo e o mesmo foi aprovado sem reservas. O Protocolo aguarda agora a sua submissão aos Órgãos Decisórios da UA e as recomendações em termos da sua aprovação pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo durante a Cimeira de Julho. O PAP gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer a CUA, através do Gabinete do Assessor Jurídico, por todas as diligências empreendidas para facilitar o processo de validação do Protocolo.

## **II. A ESTRUTURA ÓRGÂNICA DO PARLAMENTO PANAFRICANO**

10. A estrutura orgânica do PAP nunca chegou a ser aprovada desde a sua criação há doze (12) anos. A ausência de uma estrutura orgânica aprovada para o PAP terá contribuído para a incapacidade do PAP em desempenhar efectivamente o seu papel. Porém, e depois de uma série de decisões do Conselho Executivo que apelavam no sentido da revisão da estrutura orgânica do PAP, o Subcomité do CRP para as Reformas Estruturais reuniu-se e acordou com o PAP uma proposta de estrutura do PAP para a apreciação do CRP.
11. O PAP gostaria, mais uma vez, de agradecer o Subcomité de Estruturas por ter analisado a estrutura orgânica do PAP de forma amigável durante a sua reunião. O PAP gostaria de agradecer particularmente a CUA pela assistência prestada ao PAP no processo da submissão das suas propostas ao Subcomité de Estruturas do CRP.

### **III. ORÇAMENTO DO PARLAMENTO PANAFRICANO**

12.O Conselho Executivo, na sua decisão Doc.EX.CL/676 (XIX), baseada nas propostas submetidas pelo PAP que solicitavam a União no sentido de resolver a anomalia relativamente ao tratamento dos Membros do Parlamento que não está previsto nos regulamentos da UA, solicitou ao CRP que submetesse propostas apropriadas ao Conselho sobre o tratamento da questão relativa aos subsídios dos Membros do Parlamento.

13.Por outro lado, é de realçar que o orçamento do PAP continua a ser inadequado, uma vez que o Órgão estava a cumprir um regime de sanções imposto pela União devido a irregularidades cometidas no passado. Apesar dos progressos nítidos registados e reconhecidos, o orçamento do PAP continua a ser reduzido por razões históricas que já deixaram de se justificar.

### **IV. MISSÕES DE OBSERVAÇÃO DE ELEIÇÕES**

14.Apesar de respeitar a decisão da Assembleia no sentido de centralizar o orçamento relativo a liderança das missões de observação de eleições, o PAP gostaria de sublinhar que a questão de observação de eleições permanece uma responsabilidade fundamental do Parlamento. É ao Parlamento que cabe a missão de promoção da boa governação e democracia no Continente. Com efeito, no caso do PAP, o Protocolo define explicitamente como um dos objectivos do Parlamento a promoção da boa governação, democracia e direitos humanos.

15.O actual sistema de centralização das observações de eleições na Comissão não é nada efectivo. Os relatórios sobre as missões de observação de eleições as vezes nunca chegam a ser publicados ou são publicados muito tarde. O impacto das observações das eleições pela UA não se faz sentir no devido momento no terreno, uma vez que a instituição que por tradição reúne a experiência e os conhecimentos, necessários para a condução de eleições nos Estados Membros, isto é o Parlamento Continental vê o seu papel de voz do povo emasculado.

### **V. PAZ E SEGURANÇA NO CONTINENTE**

16.O PAP está extremamente preocupado com a prevalência de mudanças anti-constitucionais de governos no Continente. A instabilidade política em África não só é prejudicial para os esforços de desenvolvimento e segurança do continente, como também resulta no sofrimento incalculável de mulheres e crianças.

17.Por seu turno, e no quadro dos esforços em prol da paz, o PAP enviou Missões de Levantamento dos Factos à Líbia, Tunísia e à República Árabe Saariana



Democrática durante os levantamentos populares ocorridos em 2011 naqueles países da África do Norte. A missão que se deslocou ao Mali no mesmo âmbito acaba de regressar (3ª semana de Julho de 2012) e ainda não submeteu o seu relatório. As Missões ao Sudão e ao Sudão do Sul aguardam ainda pela confirmação destes dois países irmãos.

## **VI. A CONTRIBUIÇÃO DO PARLAMENTO PANAFRICANO**

18. Durante o mês de Julho de 2011, o PAP iniciou uma Campanha *“11 antes de 2011”* para assegurar que onze (11) Estados Membros da União ratificassem a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação antes do final do ano de 2010. Esta campanha prosseguiu durante o ano de 2011, em colaboração com o Departamento para os Assuntos Políticos da CUA e resultou na obtenção do número necessário de ratificações da carta pelos estados Membros até Fevereiro de 2012.

19. No parecer do PAP, a fase de domesticação da Carta é primordial para assegurar a promoção da boa governação e democracia nos Estados Membros. Por outro lado, a internalização da Carta em muito contribuirá para a redução da instabilidade política no Continente.

20. O PAP está agora engajado no processo de promoção da ratificação da nova Carta Africana sobre os Valores e Princípios do Serviço Público e Administração. A este respeito, esta prevista uma reunião que terá lugar na África Ocidental.

## **VII. PROMOÇÃO DO COMÉRCIO INTRA-AFRICANO**

21. O PAP acredita que a promoção do comércio intra-africano não só é importante para a promoção do desenvolvimento e do emprego no Continente, como também pode constituir uma estratégia para a prevenção de conflitos entre os Estados da união. O PAP também considera que os Estados que estabelecem relações comerciais uns com os outros dificilmente poderão travar uma guerra.

22. O PAP debateu a questão da promoção do comércio intra-africano durante a sua sessão ordinária de Maio de 2012, como forma de implementar a decisão tomada pela Assembleia sobre esta matéria. A mesma questão voltará a ser debatida na próxima Conferência dos Presidentes das Assembleias Africanas.

## **VIII. SESSÕES ORDINÁRIAS DO PARLAMENTO PANAFRICANO**

23. O PAP realiza duas sessões ordinárias anuais. Estas sessões servem de plataforma para engajar debates sobre questões aprovadas pela Cimeira. Durante as sessões, o PAP também convida personalidades eminentes dentro da União e por vezes de fora do continente no âmbito da promoção de boas relações.
24. Nesta conformidade, o PAP realizou uma sessão de 3 a 14 de Outubro de 2011, em Midrand, África do Sul, em linha com o objective de implementação das decisões da Assembleia. Mais uma vez, e na sequência da Cimeira de Julho de Malabo que debateu questões ligadas a capacitação dos jovens, o PAP também debateu o tema ***“Capacitação dos Jovens em África para o Desenvolvimento Sustentável”***
25. Durante esta sessão, os representantes dos Jovens Africanos de todas as regiões foram convidados para um debate sobre as questões da capacitação dos jovens para um desenvolvimento sustentável.
26. Pela primeira vez desde a sua criação, o PAP realizou a sua primeira sessão em Addis Abeba de 15 a 20 de Janeiro de 2012. A sessão analisou essencialmente aspectos ligados a promoção da visibilidade do Parlamento em todo o Continente. O Presidente da Comissão, o Sr. Jean Ping proferiu uma comunicação perante o Parlamento; de igual modo, o Primeiro-ministro da Etiópia, S.Ex<sup>a</sup> Meles Zenawi, Convidado de Honra também proferiu uma alocução perante a sessão do PAP sobre o então Estado da União. A sessão também contou com a participação de uma série de Embaixadores que manifestaram o desejo do PAP realizar as suas futuras sessões em Addis Abeba.
27. Durante a Sessão Ordinária de Maio de 2012, o PAP realizou novas eleições para formar uma nova Mesa, uma vez que o mandato da Mesa anterior havia expirado. Nesta conformidade, as eleições para a nova Mesa tiveram lugar a 28 de Maio de 2012 e foram consequentemente sucedidas por eleições das Mesas das Comissões e dos Grupos Parlamentares Regionais. O PAP gostaria saudar a antiga Mesa e especialmente render homenagem ao antigo Presidente, Dr. Moussa Idriss Ndele não somente pela sua excelente liderança, como também pela sua disponibilidade de servir o povo e pelo facto de ter voluntariamente cedido a sua posição depois de concluído o seu mandato de três anos.
28. A Mesa recentemente eleita do PAP integra os seguintes Membros, designadamente:
- |      |                                      |   |                          |
|------|--------------------------------------|---|--------------------------|
| i.   | Dep. Bethel Nnaemeka Amadi (Nigéria) | - | Presidente               |
| ii.  | Dep. Roger Nkondo Dang (Camarões)    | - | Primeiro Vice-presidente |
| iii. | Dep. Mustafa El Gendy (Egipto)       | - | Segundo Vice-presidente  |
| iv.  | Dep. Loide Lucky Kasingo (Namíbia)   | - | Terceira Vice-presidente |
| v.   | Dep. Juliana Kantengwa (Ruanda)      | - | Quarta Vice-presidente   |

29.É com muita satisfação que o PAP tem a honra de comunicar que dois dos membros da Mesa acima indicada são mulheres, o que em muito contribui para a promoção da igualdade do género e do empoderamento das mulheres no Continente, nos termos do previsto no Protocolo de criação do PAP.

## **IX. RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS**

30.O PAP prossegue a sua filosofia de promoção de relações mais estreitas entre si e outros órgãos complementares da União. O PAP acredita que uma boa governação intra-União, através de uma melhor colaboração entre os órgãos, será um enorme passo em frente para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos da União.

31.Em conformidade com esta filosofia, o PAP realizou um Retiro de seguimento com o CRP no mês de Março de 2012 em Nazareth, Etiópia. Os assuntos que ficaram pendentes no Retiro de 2010 foram discutidos, tendo sido também abordadas novas propostas para consolidar as relações entre os dois Órgãos. No fim das discussões, chegou-se ao acordo de que as Mesas dos dois órgãos passariam a reunir-se anualmente para discutir assuntos de interesse comum.

32.O PAP também trabalha estreitamente com o Tribunal Africano de Justiça, a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, a ACHPR, a NEPAD, o MAEP e o ECOSOCC, para promover laços estreitos. Em várias sessões do PAP, os Chefes dos Órgãos da UA são convidados para apresentar mensagens de boa vontade e solidariedade. Neste momento, o PAP tem em vista a realização de um diálogo inter-órgãos para deliberar sobre formas de melhorar a governação intra-União.

33.As divisões de estratégias e planificação da Comissão da UA indicaram a sua intenção de trabalhar com todos os órgãos para uma planificação estratégica conjunta. A Comissão da UA, através do Gabinete do Vice-Presidente, tem prestado assistência ao PAP com a cedência de técnicos, quando necessário, em áreas essenciais e momentos críticos. Durante o ano de 2011, o Gabinete Jurídico da Comissão da UA trabalhou com o PAP com vista a facilitar seminários sobre assuntos de natureza jurídica. O Gabinete tem trabalhado regularmente com o PAP para tratar de questões disciplinares e oferecer a assessoria jurídica necessária. O PAP continuará a pugnar pelo aprofundamento dessas relações inter-órgãos a fim de promover um funcionamento eficaz da União.

## **X. CONFERÊNCIAS ESPECIAIS**

*Fórum Mundial de Parlamentares Africanos na Diáspora*



34. Na sua Cimeira de Julho em Kampala, Uganda, a Conferência de Chefes de Estado decidiu organizar a Cimeira Mundial da Diáspora Africana. A referida decisão foi reiterada pela Conferência na sua Cimeira de Janeiro de 2011 em Adis Abeba, Etiópia. Na Cimeira de Julho em Malabo, Guiné Equatorial, o PAP propôs no seu relatório ao Comité Executivo que se apoiasse a decisão da Conferência para organizar a Cimeira da Diáspora através da realização do Fórum Mundial de Parlamentares Africanos na Diáspora. De facto, o Conselho Executivo sancionou a proposta do PAP para organizar o equivalente parlamentar da Cimeira da Diáspora.
35. Em preparação do Primeiro Fórum, o PAP organizou uma reunião preparatória do Fórum, em estreita cooperação com o Gabinete do Conselheiro Especial das Nações Unidas para África e com a Missão Permanente de Observação da União Africana junto das Nações Unidas, no dia 16 de Fevereiro de 2012, na sede da Missão da UA em Nova Iorque. A reunião preparatória discutiu o formato do Primeiro Fórum, a agenda, os participantes, a logística, questões orçamentais e financeiras, assim como os resultados almejados.
36. Nos dias 22 e 23 de Maio de 2012, o Parlamento Pan-Africano realizou o primeiro Fórum Mundial de Parlamentares Africanos na Diáspora na sua sede em Midrand, República da África do Sul. A ocasião contou com a presença de um Convidado de Honra, o Dr. Julius W. Garvey. O evento teve a participação de 70 deputados da América do Norte, da América do Sul, da Europa e das Caraíbas, assim como de alguns parlamentos nacionais que têm comissões dedicadas à questão da Diáspora Africana. Pelo menos 150 deputados do Parlamento Pan-Africano participaram na reunião.
37. O Dr. Julius W. Garvey foi também convidado pelo Parlamento Pan-Africano a liderar uma delegação do Fórum Mundial de Parlamentares na Diáspora à Cimeira de Chefes de Estado sobre a Diáspora Africana que teve lugar no dia 25 de Maio de 2012 em Joanesburgo, República da África do Sul. A delegação foi composta dos deputados e peritos da Diáspora que a seguir se indicam:
- i. Deputado Bethel N. Amadi – Primeiro Vice-Presidente do PAP
  - ii. Deputado Hammi Laroussi – Terceiro Vice-Presidente do PAP
  - iii. Deputado Dos Santos Luiz Alberto – Deputado da Câmara Baixa, Líder de Grupo dos Parlamentares da Diáspora (Brasil)
  - iv. Deputado Gerda Gosepa – Presidente do Movimento para a Independência de Curaçao
  - v. Deputado Abike Dabiri-Erewa – Presidente da Comissão da Diáspora da Câmara de Representantes da Nigéria
  - vi. Bispo Reverendo Dr. Audley Neville James – Presidente dos Anciões, Conselho da Região 6 da UA, Fundação do Canadá

vii. Advogado Zwelethu L. Madasa – Secretário-Geral do Parlamento Pan-Africano

38.A reunião terminou com a adopção de uma declaração. A Declaração resumiu as conclusões da reunião e apresentou as grandes linhas das medidas a implementar durante os próximos cinco anos, tendo sido introduzido um Mecanismo de Acompanhamento para fiscalizar a implementação e avaliar o impacto do processo da Diáspora. Foi adoptada a ideia de uma delegação parlamentar conjunta e o Fórum decidiu reunir-se duas vezes por ano à margem das Cimeiras da União Africana.

### ***Conferência Anual dos Presidentes de Parlamentos Africanos***

39.A Conferência dos Presidentes de Parlamentos Africanos em 2011 teve lugar no mês de Outubro e foi agraciada com a presença de um Orador de Honra, S. E. Jerry John Rawlings, o Alto Representante da UA para a Somália, que também aproveitou a oportunidade para discursar perante a Conferência sobre a fome na Somália.

40.A Conferência deliberou sobre o relatório referente à Posição Africana sobre as Mudanças Climáticas e os preparativos para a COP17, tendo formulado recomendações no tocante a várias questões, incluindo um esforço de sensibilização sobre os objectivos da Rede Mundial das Mulheres para a Energia - uma iniciativa que busca garantir a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio concernentes às mulheres e às crianças.

41.Os Presidentes de Parlamentos também decidiram que todos os Presidentes de Parlamentos sensibilizem os Parlamentos Nacionais sobre a necessidade de ter uma posição que se concentre na aceitação dos princípios de Quioto; criar um Comité de Adaptação; e priorizar os compromissos financeiros para com África;

42.Os Presidentes de Parlamentos decidiram adoptar a resolução que visa priorizar o apoio a políticas e orçamentos para a implementação das Decisões da Cimeira da União Africana, em particular a Decisão tomada pela Cimeira de Malabo em Julho de 2011 sobre o tema “Acelerar a Capacitação da Juventude para um Desenvolvimento Sustentável”; e a Declaração da Cimeira de Kampala em Julho de 2010 sobre o tema “Acções Ligadas ao Desenvolvimento da Saúde Materna, Neonatal e Infantil em África”

### ***Conferência das Mulheres em 2011***

43.A Conferência das Mulheres em 2011 teve lugar nos dias 29 e 30 de Setembro sob o tema “*Estratégias para a Promoção da Paz, da Justiça e da Segurança a favor das Mulheres em África*”.

44. A plataforma estabeleceu a palavra de ordem de campanha “*Não à Guerra no Continente Africano*”. O evento realçou a necessidade de fortalecer as capacidades das mulheres em domínios como edificação da paz, gestão de conflitos e participação política, tendo criado uma associação de Antigas Mulheres Parlamentares para a Paz, Justiça e Segurança em África, que será coordenada pela rede de mulheres parlamentares do Parlamento Pan-Africano e actuará no quadro da cooperação Sul-Sul, em particular com a América Latina,
45. A plataforma também decidiu criar uma delegação de mulheres em África para a paz, intitulada *A Iniciativa das Mulheres Africanas para a Paz (IAWP)*, sob os auspícios do Parlamento Pan-Africano, que estará totalmente dedicada à promoção da democracia, paz e segurança, e militará a favor de apoio das instituições internacionais como a União Africana, as Nações Unidas e o Banco Mundial.

### ***Reunião Consultiva de Secretários-Gerais, 2011***

46. Pela primeira vez na sua história, o PAP organizou o primeiro Diálogo Consultivo de Secretários-Gerais, que teve a participação de Secretários-Gerais de Parlamntos e Assembleias Nacionais e Regionais de África. O diálogo teve lugar em Outubro de 2011 em vésperas da Conferência Anual dos Presidentes de Parlamntos Africanos.
47. O diálogo criou uma plataforma para que os Secretários-Gerais de Parlamntos Nacionais e Regionais deliberassem e partilhassem experiências sobre uma série de assuntos administrativos.
48. A reunião concentrou-se numa série de questões, entre as quais figura o seguinte:
- Criação de um mecanismo de acompanhamento para os relatórios do PAP aos Parlamntos Nacionais e Regionais sobre as prioridades continentais e regionais;
  - Quadros Parlamentares para a ratificação e integração nacional das Decisões e Políticas da UA;
  - Quadros parlamentares para acompanhar a ratificação das decisões da UA;
  - Rever anualmente as melhores práticas e os desafios enfrentados pelos Parlamntos na ratificação e implementação dos padrões e instrumentos jurídicos da UA;
  - Relatórios sobre os processos de harmonização;
  - Leis modelos que requeiram ratificação e integração nacional;
  - Modos de popularização das Decisões da União Africana
  - Modalidades a nível nacional através de Comissões Parlamentares competentes e Deputados do Parlamento Pan-Africano para debater regularmente decisões tomadas na UA e tomar as medidas de seguimento necessárias;

49.O diálogo dos Secretários-Gerais decidiu tornar a reunião num evento anual.

## **XI. RECOMENDAÇÕES**

50.À luz do que antecede, o PAP vem por este meio formular as seguintes solicitações:

- i. Que o Conselho Executivo apoie a adopção do Protocolo do PAP revisto em conformidade com as decisões anteriores do Conselho e da Conferência, apelando para uma revisão célere do Protocolo com vista a permitir que o PAP desempenhe o seu papel de aprofundamento da democracia parlamentar no Continente Africano de modo mais eficaz.
- ii. Que o Conselho Executivo apoie a adopção da estrutura do PAP conforme proposta pelo CRP, de acordo com as decisões anteriores do Conselho que exortam o PRC a concluir a estrutura do PAP.
- iii. Que o Conselho Executivo assegure a implementação das suas decisões anteriores que apelaram para que o CRP emita propostas sobre o tratamento dos deputados no âmbito do regime e dos regulamentos financeiros da União. Solicitamos igualmente que o processo orçamental na União seja melhorado através da adopção de mecanismos atempados e inclusivos que garantam o envolvimento do órgão cujo orçamento esteja a ser analisado para aprovação pelo CRP.
- iv. No que diz respeito às Missões de Observação de Eleições da UA, o PAP está consciente da Decisão dos Chefes de Estado e de Governo no sentido de centralizar essas missões na Comissão. Contudo, apela ao Conselho Executivo para que inicie um processo de revisão da decisão a fim de permitir que o PAP realize o seu mandato de forma independente a este respeito e que apresente os seus relatórios nesse âmbito.
- v. Esta recomendação é justificada pelo facto de que a observação de eleições constitui um mandato fulcral dos parlamentos (neste caso o PAP) e o princípio de separação de poderes e responsabilidades deverá estar reflectido no processo, para permitir uma promoção oportuna e eficaz da boa governação, da democracia e dos direitos humanos no Continente Africano.

51.Excelências, o que se acaba de relatar representa o conjunto das modestas actividades levadas a cabo pelo PAP durante o período em balanço. O PAP está determinado a continuar a cumprir o seu mandato conforme previsto no Acto Constitutivo da UA. No entanto, é nossa opinião ponderada que a adopção destas

recomendações abrirá caminho a uma realização mais eficaz e eficiente do mandato do PAP e, em última instância, dos objectivos da UA.





**AFRICAN UNION UNION AFRICAINE**

**African Union Common Repository**

**<http://archives.au.int>**

---

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

---

2012

# Report of the Pan-African Parliament (PAP)

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4252>

*Downloaded from African Union Common Repository*